EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ATIVIDADE DO CUIDADOR ESCOLAR

ALINE DA SILVA COSTA

RESUMO

A Declaração de Salamanca foi um importante acontecimento para a regulamentação da inclusão escolar dos portadores de deficiência em escolas regulares. A evolução dos direitos dos portadores de deficiência cada vez mais ganham destaque e a atenção devida por parte de toda sociedade. A escola regular atualmente é responsável por receber os portadores de deficiência e se adequar as suas necessidades. A integração evolui para inclusão e desta maneira, cada vez menos se busca inserir os portadores de deficiência em um ambiente especial, mas sim tornar especial para eles o ambiente comum a todos. O cuidador escolar, profissional de grande importância para os alunos com algum tipo de deficiência, possui a função de auxiliar os referidos alunos no processo de aprendizagem, representando para o aluno um alicerce em seu processo escolar. O presente artigo tem como objetivo analisar a educação inclusiva e o papel do cuidador escolar, apresentando seus conceitos e a importância deste profissional para crianças com algum tipo de necessidade especial. A metodologia utilizada se trata de uma revisão bibliográfica. Pode-se afirmar que tanto a educação inclusiva como o cuidador escolar são de grande importância para o processo de educação do aluno portador de deficiência, visto que, por meio destes, o aluno alcança o aprendizado adequado e percorre toda sua trajetória escolar de forma satisfatória.

Palavras-chave: Educação. Educação Inclusiva. Cuidador Escolar.

ABSTRACT

The Salamanca Declaration was an important event for regulating the educational inclusion of people with disabilities in regular schools. The evolution of the rights of people with disabilities is increasingly gaining prominence and due attention from society as a whole. The regular school is currently responsible for receiving people with disabilities and adapting to their needs. Integration evolves into inclusion and in this way, there is less and less attempt to include people with disabilities in a special environment, but rather to make the environment common to all special for them. The school caregiver, a professional of great importance for students with some type of disability, has the function of assisting these students in the learning process, representing for the student a foundation in their school process. This article aims to analyze inclusive education and the role of the school caregiver, presenting its concepts and the importance of this professional for children with some type of special need. The methodology used is a bibliographic review. It can be stated that both inclusive education and school caregivers are of great importance for the education process of students with disabilities, since, through them, the student achieves adequate learning and completes their entire school career in a satisfactory manner.

Keywords: Education. Inclusive education. School Caregiver.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa uma ideia que busca possibilitar que todas as pessoas participem, em igualdade, das oportunidades que a educação oferece. O mundo apresenta diferentes segmentos sociais e muitos deles lutam, ainda, por seus direitos de inclusão na sociedade, como as mulheres, os negros, pessoas com deficiência, entre outros. Para alcançar a igualdade, torna-se necessário que a sociedade seja aberta a todos e de maneira inclusiva, estimulando a participação de cada pessoa, valorizando as diferentes experiências, reconhecer o potencial de cada indivíduo e que possa oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada, reconhecendo todos os seres humanos como cidadãos livres e iguais.

A educação inclusiva não representa apenas aceitar a matrícula do aluno nos sistemas de ensino, mas se refere à um sistema educacional que busque respeitar, aceitar e possibilitar o acesso e a permanência de todas as pessoas, assegurando-lhes uma escolarização com qualidade.

Destaca-se que a educação inclusiva não exige uma escola especial, apenas uma escola regular adaptada e que possa atender as necessidades dos alunos portadores de algum tipo de deficiência, possibilitando sua acessibilidade, esta que está relacionada à aprendizagem, mobilidade, deslocamento e materialidade, para que o aluno possa ser incluído.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a educação inclusiva e a atividade do cuidador escolar para alunos com necessidades especiais. Como objetivos específicos, destacam-se apresentar o conceito de educação inclusiva, identificar a atividade do cuidador escolar e analisar a importância do cuidador escolar para a educação inclusiva.

O estudo se justifica pela importân-

cia do tema atualmente para a sociedade. Considerando que a educação inclusiva é fundamental para alunos com necessidades especiais e também para que as instituições escolares possam oferecer um adequado ensino para este tipo de aluno, é necessário abordar o assunto, juntamente com a abordagem sobre o cuidador escolar, este que apresenta uma função essencial no processo de inclusão do aluno com algum tipo de deficiência, seja, física, intelectual ou algum transtorno específico, visto que o cuidador escolar auxilia nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, atuando em todas as atividades escolares nas quais seja necessária sua presença.

Diante do apresentado, surge a problemática: de que forma a atividade do cuidador escolar pode contribuir para o processo de educação inclusiva?

O estudo será estruturado em três subtópicos no segundo capítulo. De início, será abordado o tema educação inclusiva. Em seguida, apresentar a atividade do cuidador escolar e, por fim, analisar a importância deste profissional para o processo de educação inclusiva.

A metodologia empregada na realização deste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa detalhada, que envolveu uma extensa revisão bibliográfica abrangendo diversas fontes, como sites, livros, artigos científicos e revistas especializadas. Essa abordagem foi direcionada à exploração aprofundada do tema em questão, que gira em torno da educação inclusiva, contemplando elementos essenciais como a escola, o papel do professor e do cuidador escolar.

Para garantir a abrangência e a profundidade necessárias, foram utilizadas palavras-chave criteriosamente selecionadas, como "educação inclusiva", "inclusão escolar", "práticas pedagógicas inclusivas", "formação de professores para inclusão" e outras relacionadas ao âmbito da pesquisa. Essas palavras-chave foram escolhidas com o intuito de mapear e compreender as contribuições mais significativas disponíveis na literatura acadêmica e técnica relacionadas ao tema, proporcionando uma base sólida para a construção deste trabalho.

A combinação de métodos qualitativos, revisão bibliográfica extensiva e a utilização de palavras-chave criteriosamente selecionadas possibilitou uma análise aprofundada e abrangente do assunto, permitindo a incorporação de perspectivas diversas e a construção de um trabalho sólido e enriquecedor sobre educação inclusiva.

Segundo Bastos e Keller (2015), a pesquisa científica se encontra presente em todos os campos científicos e, no tocante à educação, são encontradas variadas obras já publicadas. Os autores destacam que a pesquisa científica representa o processo de investigação com o intuito de solucionar, responder ou investigar questões dentro dos estudos dos fenômenos. Dessa forma, pode-se dizer que uma pesquisa científica representa a investigação sistemática de um determinado assunto, com a finalidade de esclarecer variados aspectos da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Inclusiva

As questões relacionadas às pessoas portadoras de deficiência, ao longo das últimas décadas, vêm ganhando cada vez mais destaque no cenário nacional fazendo com que os governantes elaborem leis que garantam seus direitos.

Segundo Boy (2017), o século XX foi marcado por muitas mudanças de paradigma. Ele trouxe consigo muitas leis e avanços importantes para os indivíduos com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas: cadeiras de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros que foram se aperfeiçoando.

Conforme exposto em trabalho realizado pelo MEC/SEESP (2007), a Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

De acordo com Sant’Ana (2005), nas últimas décadas e mais especificamente a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos, abordando-se desde os pressupostos teóricos político filosóficos até formas de implementação das diretrizes estabelecidas na referida declaração.

Segundo Sanches e Teodoro (2007), preconiza-se que a Educação Especial, uma educação paralela ao sistema de Educação Regular, dê lugar a práticas educativas inclusivas que, partindo da diversidade humana como uma mais valia e usando metodologias de diferenciação inclusiva e de aprendizagem cooperativa, possam gerar o sucesso

de todos através do sucesso de cada um, caminhando, assim, para o despontar de um novo paradigma de escola.

Ainda de acordo com Sanches e Teodoro (2007), a Declaração de Salamanca propõe que a educação se deve processar em escolas regulares, escolas inclusivas, que devem proporcionar os meios mais capazes para combater atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; para além de proporcionarem uma educação adequada à maioria das crianças e promoverem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Para melhor compreender o universo da educação inclusiva se faz necessário que a diferença entre inclusão e integração seja mais bem entendida, pois não representam o mesmo tipo de inserção para os portadores de deficiência no ambiente escolar.

Segundo Rodrigues (2006), a integração pressupõe uma "participação tutelada" numa estrutura com valores próprios e ao qual o aluno "integrado" se tem que adaptar. Pelo fato de o movimento inclusivo ter se desenvolvido após o movimento integrativo, considera-se que a inclusão é uma evolução da integração.

a integração criou uma escola especial paralela à escola regular, separando os alunos em dois tipos: os "normais" e os "deficientes". Quando se fala de escola integrativa trata-se de uma escola que em tudo é semelhante a uma escola tradicional, sendo que os alunos com deficiência recebiam um tratamento especial.

Considerando a educação inclusiva, a qual não necessita de escola especial, mas sim de uma escola regular adaptada a atender as necessidades dos alunos portadores de deficiência, Boy (2017), destaca que o tripé que fundamenta a inclusão: acessibilidade, mobilidade e materialidade. A acessibilidade está relacionada ao acesso a aprendizagem, a mobilidade refere-se ao deslocamento e por fim a materialidade acena para qualquer instrumento necessário ao educando para que ele possa ser incluído.

Ferreira e Bozzo (2009) destacam que na interação, a criança precisa se adequar a realidade da escola, já na inclusão é a escola que tem que se adequar a criança, aceitá-la da maneira que ela é seja ela deficiente ou não.

Segundo Sanchez (2005), a educação inclusiva enfatiza a necessidade de avançar até outras formas de atuação, em contraposições às práticas que têm caracterizado a integração escolar.

Ainda de acordo com Sanchez (2005), a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência).

Para finalizar, Rodrigues (2001), expõe que a escola integrativa procura responder à diferença desde que ela seja legitimada por um parecer médico-psicológico, ou seja, desde que essa diferença seja uma deficiência. A escola inclusiva procura responder, de forma apropriada e com alta qualidade, não só à deficiência, mas a todas as formas de diferença dos alunos (culturais, étnicas, etc.). Desta forma, a educação inclusiva recusa a segregação e pretende que a escola não seja só universal no acesso, mas também no sucesso.

Ao se considerar as possibilidades para a educação inclusiva pode se dizer que são infinitas, desde que todos os atores envolvidos no processo estejam atuando de maneira participativa e colaborativa, sendo eles: pais, professores, comunidade e os governantes, formando uma rede de apoio.

Segundo Sanches e Teodoro (2007), a construção da escola inclusiva é também uma tarefa dos professores, dos pais e dos governantes, na sua qualidade de agentes geradores e gestores de condições e de recursos e, ainda, protagonistas de mentalidades abertas à mudança e ao respeito e celebração da diversidade humana.

De acordo com Glat e Ferreira (2005), o conceito de escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. A educação especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos.

Segundo Ferreira e Bozzo (2009), é preciso acreditar que a educação é algo que deve ser renovado a cada dia. Assim como o mundo vem evoluindo, os educadores precisam fazer com que seus conhecimentos sejam passados de maneira criativa e prazerosa, não ter medo de novos desafios e nesse caso estar pronto para receber crianças com deficiência, é saber lidar com situações adversas, o que promoverá não somente um crescimento pessoal mais também profissional.

Para Sanchez (2005), a educação in-

clusiva não se faz se não se introduzirem na sala de aula metodologias diferentes das que se utilizam habitualmente.

Desta maneira, novas ferramentas de ensino-aprendizagem devem ser inseridas no ambiente da escola regular, para que seja possível a implantação de uma educação inclusiva.

Neste contexto, conforme apresentado por Boy (2017), tem-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que utiliza o conceito de materialidade para promover ações de acessibilidade. O AEE não é uma aula de reforço, ele visa fortalecer e oferecer as ferramentas que possibilitarão ao aluno o acesso ao conhecimento.

Como exemplo de AEE, Alonso (2013) cita a situação de ter um segundo professor na sala de aula, seja ele presente durante todas as aulas ou em alguns momentos, nas mais diversas modalidades: intérprete, apoio, monitor ou auxiliar. Esse professor poderá possuir formação específica, básica ou poderá ser um estagiário. A participação do professor do AEE poderá ocorrer na elaboração do planejamento e no suporte quanto à compreensão das condições de aprendizagem dos alunos, como forma de auxiliar a equipe pedagógica.

Ainda de acordo com Boy (2017), a entrada de alunos com necessidades especiais impõe novos ritmos de aprendizagem. É preciso diversificar os momentos e as atividades por meio de estratégias de trabalho mais participativas, por meio de ambientes colaborativos de aprendizagem.

Segundo documento elaborado pelo MEC-SSEP, do ano de 2007, entre as atividades de atendimento educacional especializado, são disponibilizados programas que visem enriquecer o currículo, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, e também tecnologia assistiva.

No decorrer do processo de escolarização, este atendimento deverá se articular com a proposta pedagógica do ensino considerado comum. O atendimento especializado é acompanhado através de mecanismos que possam monitorar e avaliar a oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados, públicos ou conveniados.

Para que a educação inclusiva seja implantada com efetividade, se faz necessário uma forte parceria entre família e escola, pois se percebe aqui uma complementação de trabalho. A escola não pode realizar ações isoladas, e tão pouco a família, a evolução do portador de necessidades especiais e tanto maior e melhor quando a engrenagem trabalha de forma harmônica.

Para Boy (2017), a parceria família-escola é um elo importantíssimo no desenvolvimento da aprendizagem de qualquer criança ou adolescente e muito mais no das pessoas com deficiência. Envolver as famílias no processo educacional é fundamental para que os alunos possam avançar. As famílias devem ser convidadas a participar de momentos na escola, e também estimulados a realizar atividades junto com seus filhos em casa.

Destaca-se que a participação da família na escola é importante tanto para o aluno quanto para os pais e responsáveis. Ao participar ativamente do ambiente escolar, família pode contribuir aos docentes, para que o processo de educação inclusiva seja efetuado de maneira adequada.

Os professores, no contexto na educação inclusiva tem um papel fundamental, segundo Rodrigues (2006), em muitos países começaram a ser integrados no currículo de formação inicial de professores e educadores disciplinas respeitantes às “Necessidades Educativas Especiais” ou designações afins. Esta inovação é sem dúvida importante por poder vir a familiarizar o futuro professor com o conhecimento de situações prováveis que ele poderá vir a enfrentar. Há professores que se queixam de sua falta de formação para atender estes alunos.

Ainda sobre a educação inclusiva e suas possibilidades, de acordo com Alonso (2013), se o aluno apresentar necessidade específica, decorrente de suas características ou condições, poderá requerer, além dos princípios comuns da educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como necessidades educacionais especiais (NEE).

O estudante poderá beneficiar-se dos apoios de caráter especializado, como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da deficiência visual e auditiva; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento, no caso da deficiência intelectual; adaptações do material e do ambiente físico, no caso da deficiência física; estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento, no caso do transtorno global; ampliação dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdos para altas habilidades.

Conclui-se desta forma, com embasamento em Alonso (2013), que a educação inclusiva, como prática em construção, está em fase de implementação. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e as alternativas realizadas pelos educadores são fundamentais. As experiências, agora, centralizam os esforços para além da convivência, para as possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos.

2.2 O Cuidador Escolar

O cuidador escolar representa o profissional recomendado para que sejam supridas as necessidades escolares referente à higiene, alimentação e também a locomoção, além de auxiliar o processo de aprendizagem. A Política Nacional da Perspectiva de Educação Inclusiva (Brasil, 2008), destaca que este profissional, quando necessário, atuará nas mais diversas modalidades e níveis de ensino, tanto em instituições públicas, como privadas.

A Lei n° 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu 3° artigo, apresenta a inclusão do profissional de apoio escolar, ou seja, o cuidados, para exercer as atividades de alimentação, higiene e locomoção de estudantes com algum tipo de deficiências nas instituições escolares.

A literatura aponta que a presença do cuidador escolar é de grande relevância, visto que assegura o direito que a criança necessita para fazer valer o acompanhamento em desenvolvimento e aprendizagem. Diante da procura e aumento do número de escolar para atender as necessidades no que se refere ao processo de inclusão, torna-se evidente a necessidade do cuidador escolar no atendimento de crianças com deficiência.

De acordo com Lima (2018), os cuidadores surgiram a partir das demandas apresentadas pelas instituições escolares que atendiam, de maneira assistencialista, crianças das mães trabalhadoras ou de classes menos favorecidas. Através das políticas públicas educacionais, o cuidador escolar passou a ocupar um importante lugar no ambiente educacional e também no acompanhamento do aluno com deficiência.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Esta formação possibilitará a atuação no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 17).

Rizzini (2014) destaca que o cuidador escolar não possui uma formação específica, contudo, para que exerçam suas atividades com alunos deficientes, os cuidadores devem contar com uma formação básica, como são especificados pelas políticas públicas. Na Política Educacional na Perspectiva de Educação Inclusiva, indica-se o cuidador escolar apenas para que sejam supridas as necessidades educacionais de higiene, locomoção e alimentação. Entretanto, a mesma política destaca sua formação para que possa exercer esta atividade na educação especial.

Destaca-se que esta formação para a educação especial se apresenta explícita para os docentes, no caso dos apoiadores escolares atuarem como monitores ou cuidadores de alunos especiais. Sua caracterização para a atividade destaca somente o apoio, assim, sua formação não se apresenta como essencial.

A Conferência Nacional de Educação – CONAE (2014), destaca a necessidade de criarem concursos específicos para que os cuidados escolares possam atuar nos sistemas educacionais. O CONAE apresenta que alguns estados brasileiros não contam com concurso público para este profissional, endo contratados como prestadores de serviços.

Em seu segundo capítulo, denominado Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos humanos, são apresentadas estratégias e metodologias que indicam as responsabilidades e atribuições, tanto da União, como dos Estados e Municípios.

> Garantir a contratação ou a abertura de concursos para cuidadores em todas as redes onde esses profissionais ainda não estejam presentes; [...] tradutores intérpretes de língua de sinais (TILS) para alunos surdos, guias- intérpretes para alunos com surdo-cegueira e instrutores mediadores para alunos com deficiência múltipla nas escolas. Esses profissionais atuam dentro de sala de aula, diferentemente do cuidador, que apoia a higiene e alimentação dos alunos que não têm independência para tal (CONAE, 2014).

Segundo Zanfeliciti (2018), as orientações existentes nos documentos referentes à inclusão escolar estabelecem seu acesso no ambiente escolar como função de apoio, e não como categoria de trabalho educacional. A classe dos cuidadores escolares enfrenta atualmente alguns desafios para que seja reconhecida como uma categoria de trabalhadores educacionais.

A classe dos cuidadores escolares não é, nos dias de hoje, reconhecida como profissão, visto que não se encontra na CLT tal profissão. A Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, estabelecida pela portaria ministerial de n° 397/2002, objetiva a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para finalidades classificatórias juntamente aos registros administrativos e domiciliares (BRASIL, 2015).

Contudo, para Lima (2018), de acordo com a deficiência do aluno e para que seja assegurada sua inclusão escolar, poderá existir a necessidade da existência de um cuidador escolar, isto é, a pessoa que irá acompanhar o aluno de maneira individualizada na escola, em sua mobilidade, necessidades especiais e realização das atividades.

Dessa forma, deve-se acrescentar ao artigo n° 58 da LDB a oferta obrigatória dos serviços de apoio especializado nas instituições escolares, destacando a obrigatoriedade da existência do cuidador no momento que a condição do aluno especial assim recomendar.

2.3 A Importância do Cuidador Escolar na Educação Inclusiva

De acordo com Lima (2018), a origem do cuidador escolar se encontra relacionada com deficiências, sendo essa relação existindo por conta de determinações de natureza social, política, educacional, legal e histórica. Ainda de acordo com o autor supracitado, no Brasil do século XVIII, tinha-se como objetivo atender, de maneira assistencialista, crianças abandonadas. No momento que as famílias consideradas pobres solicitavam auxílio do estado para a criação de uma criança portadora de algum tipo de deficiência, o estado encaminhava as crianças para instituições, como se fossem órfãs.

Na década de 1970, ainda de acordo com Lima (2018), iniciou-se o período de integração, com a finalidade de integras crianças com deficiência no ambiente escolar. Destaca-se que a preocupação das instituições escolares era somente ocupar espaços e não as fazer pertencentes a estes espaços.

Assim, a proposta de uma educação inclusiva se iniciou a partir da Declaração de Salamanca, no ano de 1996, destacando que a educação é para todos, não dependendo das condições individuais de cada pessoa, devendo ser respeitadas suas individualidades e também a permanência nas escolas.

O atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência passou a ser fundamentada pelas disposições das seguintes leis: Lei de Diretrizes e Bases e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 onde descreve o direito dos “excepcionais” (como eram chamados à época) à educação, de preferência dentro do sistema de ensino regular (LIMA, 2018, p. 28).

Analisada a demanda contínua de crianças com algum tipo de deficiência no ambiente escolar, observou-se que o modelo considerado tradicional se apresentava como defasado, visto que necessitava de medidas de inclusão que fossem capazes de atender as diversidades dos alunos. Estas transformações envolveram mais do que apenas a estrutura física das escolas, mas de forma igual o perfil dos profissionais da escola e o número de profissionais atuantes.

Segundo Lopes (2018), a atividade dos cuidadores escolares representa um assunto de grande polêmica no cenário da educação, mesmo sendo sua contratação fundamental para os alunos. A necessidade de mediar a inclusão se encontra associada a atividades como cuidados pessoais, locomoção, alimentação e higiene, pois, devido as demandas do dia a dia nas escolas, os professores não possuem condições de assumirem tais responsabilidades.

A atuação desse profissional está vinculada a inclusão educacional das crianças. Seus postos de trabalho se concretizam nas práticas de uma educação inclusiva. Por meio das práticas educacionais e sua presença é enfatizada e indispensável no cenário educacional brasileiro (SILVA, 2018, p. 32).

A função do cuidador escolar se remete ao significado do termo cuidar, representando o querer o bem, estar com o outro, conhecer cada singularidade e representar a base para superar todas as dificuldades e limitações no ambiente escolar. Boff (1999) destaca que cuidar se encontra associado à saúde, tornando esta atividade memorável. A sensibilidade do cuidador ultrapassa as atividades cotidianas, sendo também aplicadas no processo de autonomia do sujeito assistido, na estimulação de sua interação com os demais, além da construção de uma relação de afeto.

Segundo Lima (2018), um dos objetivos do Plano Nacional de Educação é tornar universal o atendimento para crianças com idade entre quatro e 17 anos que são acometidas por algum tipo de deficiência. Diante do crescimento da quantidade de alunos deficientes matriculados nas escolas atualmente, existe a necessidade de oferecer suporte a esta demanda e reconhecer o cuidador escolar como figura fundamental para o suporte aos alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, torna-se fundamental a reflexão nos meios políticos, educacionais e sociais sobre a educação inclusiva e o que ela representa para a sociedade. A inclusão, como destacado no decorrer do estudo, representa uma possibilidade que se abre para o desenvolvimento escolar dos alunos com algum tipo de deficiência.

A inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais deve rever conceitos e paradigmas em um respeito sobre as diferenças, aprendendo a conviver com as diferenças, o que representa uma das grandes dificuldades da humanidade.

O tema educação inclusiva merece constantemente ser avivado, pois esclarece aspectos ao qual uma grande parcela da população não possui conhecimento. Saber distinguir a integração da inclusão educacional representa saber diminuir a discriminação sofrida pelos portadores de deficiência no ambiente educacional.

Os portadores de deficiência são pessoas especiais, mas não necessitam de uma escola especial, mas sim de uma escola regular, seja ela pública ou privada, que se adapte à sua necessidade, a sua especialidade.

A educação inclusiva é recente e por este motivo muito ainda deve ser implementado no ambiente educacional, nos aspectos relacionados com a metodologia de ensino-aprendizagem, a inserção na formação dos professores de uma metodologia de ensino voltada para a educação inclusiva, o projeto pedagógico a ser utilizado em sala de aula.

As possibilidades da educação inclusiva nas escolas de ensino regular são diversas e abrangentes, e para serem implementadas devem contar com a uma rede de apoio, a qual se deve denominar de sociedade.

Existem diversos caminhos para se fazer uma educação inclusiva, sendo reponsabilidade da escola e da comunidade optarem pelas melhores maneiras, verificando estudos sobre o tema e modificando o que é necessário para que o processo de educação inclusiva aconteça.

Por fim, destaca-se que uma escola inclusiva representa uma escola democrática, devendo ser construída para todos, pensando na socialização e na luta pela inclusão, onde alunos acometidos por algum tipo de deficiências possam ter assegurados seus direitos estabelecidos em lei.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Revista Nova Escola, 2013.

BASTOS, C. L; KELLER, V. Aprendendo a aprender. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Rio de Janeiro: Editora vozes, 1999.

BOY, Priscilla Pereira. Educação inclusiva: desafios e possibilidades. Disponível em: < http://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades/>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

FERREIRA, Michele Marcelina. BOZZO, Fátima Eliana Frigato. Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental. Lins – São Paulo, 2009.

GLAT, Rosana. FERNANDSM Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Revista Inclusão nº 1, MEC/ SEESP ., 2005.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. 218f.

LOPES, Mariana Moraes. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCAR, 2018. 169f.

RIZZINI, Irene. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente / Irene Rizzini, Irma Rizzini.- Rio de Janeiro: ed. Puc- Rio; São Paulo : Loyola, 2014, 88 p.

RODRIGUES, David. "Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva". "Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva", S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

RODRIGUES, David. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas. Sociedade Portuguesa de Educação Física, 2001.

SANCHES, Isabel. TEODORO, Antônio. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. Revista Portuguesa de Educação, 2007.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial, 2005.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, 2005.

SILVA, Sayonara Meireles da. Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f.

ZANFELICITI, Tatiane Oliveira. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Revista Educar. Curitiba: Editora UFPR, 2018. n. 32, p. 253-256.